

28 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo cria gatilho e eleva diária de ministros em 83%

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

Os ministros do Supremo Tribunal Federal aumentaram as diárias recebidas em viagens feitas a serviço da Corte em 83% e estipularam uma forma de indexar o valor ao próprio salário. Com a mudança, cada reajuste automaticamente corrigirá o valor do benefício.

A partir desta semana, quando a resolução foi publicada no *Diário da Justiça*, os ministros deixam de receber R\$ 614 por dia por viagem nacional e passam a ganhar 1/30 dos vencimentos mensais, de R\$ 33.763. Ou seja, quando viajarem para eventos em que representam o tribunal dentro do Brasil, terão direito a R\$ 1.125,43 para ressarcir despesas com alimentação, hospedagem e locomoção na cidade visitada.

O texto foi aprovado na última sessão administrativa de 2014. Antes, vigorava uma resolução de 2010, que estipulava o valor das diárias nacionais em R\$ 614 e US\$ 485 para eventos internacionais.

Agora, nas viagens fora do País, a regra passa a ser outra. A diária nacional de R\$ 1.125,43 é acrescida de 70% e depois convertida em dólar – pelo câmbio oficial de ontem, o valor chegaria a US\$ 741,30, quase 53% a mais que o benefício antigo.

O valor de diárias pagas aos demais servidores do Supremo também foi atrelado ao salário dos ministros. Juizes auxiliares têm direito a receber 95% da diária paga a um ministro, enquanto analistas judiciários recebem 55% e técnicos, 45%.

Novo benefício

R\$ 1.125,43 é o valor da diária paga a ministro do STF em viagem nacional

70% é o acréscimo em viagem internacional

No Executivo, o pagamento de diárias obedece a um decreto de 2006, com valores fixos. Ministros de Estado recebem entre R\$ 458,99 e R\$ 581 por dia, a depender da região do País a qual se deslocam.

Efeito cascata. O reajuste nas diárias do Supremo pode se espalhar para outras cortes pelo País. Em 2009, o Conselho Nacional de Justiça editou resolução para regulamentar o pagamento das diárias nos tribunais, como formas de comprovação dos gastos nas viagens, mas prevê autonomia para cada órgão, desde que respeitado como teto do benefício o valor pago aos ministros do STF. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, segue os valores da resolução antiga do Supremo, mas a resolução do CNJ permite que esse valor seja corrigido.

O novo texto do Supremo reforça a necessidade de ressarcimento nos casos em que o pagamento for feito em excesso. A devolução do dinheiro precisa ser feita em até cinco dias do retorno à sede do tribunal. Enquanto o valor não for devolvido, a corte deve indeferir o pedido de novas diárias – uma novidade da atual resolução.

28 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Para Janot, sigilo em processos no STF não é regra

Procurador-geral deve encaminhar no próximo mês pedidos de inquéritos ou acusações contra políticos

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

Os inquéritos ou eventuais denúncias contra políticos suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobrás serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal em fevereiro, mas provavelmente somente depois do carnaval. Os pedidos serão apresentados em bloco.

O grupo de procuradores montado para auxiliar o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, nos casos que serão enviados ao STF, realizou ontem, em Brasília, a primeira reunião para discutir funções e cronograma de trabalho.

Janot havia anunciado ano passado que levaria os inquéritos das autoridades envolvidas na Operação Lava Jato ao Supremo na volta do recesso do Judiciário – que acaba na próxima segunda-feira.

'Tirar o peso'. A menos de uma semana da retomada dos trabalhos da Corte, o procurador-geral não está seguro de que conseguirá remeter os casos antes do carnaval, mas segue com o mês de fevereiro estabelecido como prazo final.

Ele quer enviar todos os inquéritos e denúncias ao mesmo tempo para o Supremo. A ideia é “tirar o peso” da Lava Jato das costas da PGR. A partir daí, caberá à Corte conduzir as decisões sobre a investigação de autoridades e parlamentares com foro privilegiado.

Quando avaliar que não é necessário investigar o político

suspeito – pois já existem indícios de provas suficientes –, o procurador pode encaminhar a acusação formal ao STF. Neste caso, não é preciso pedir abertura de inquérito e os ministros decidirão diretamente se abrem ação penal.

Segredo. Até o momento, os casos que chegam ao STF referentes à Lava Jato têm permanecido em segredo de Justiça – o caso das delações premiadas do ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef, que tiveram de ser homologadas pelo ministro Teori Zavascki, e também de reclamações de executivos das empreiteiras.

Nos inquéritos contra políticos, contudo, o sigilo não será a regra. O procurador-geral deseja pedir segredo de justiça apenas quando a publicidade do processo atrapalhar a produção de provas.

Conforme publicou o Estado em dezembro, Costa citou 28 políticos beneficiários do esquema na Petrobrás, durante depoimentos feitos no acordo de delação premiada firmado com o Ministério Público Federal. São nomes do PP, PT, PMDB, PSB e PSDB.

Os procuradores da força-tarefa montada por Janot para atuar na Lava Jato estão orientados a elaborar estudos sobre o caso para usar a “experiência” futuramente.

Em portaria do último dia 21, Janot autoriza a criação de comissões de trabalho para elaborar propostas de legislativas ou de atuação interna sobre temas específicos.

Entre os assuntos previstos por Rodrigo Janot, estão os estudos “elaborados pela força-tarefa designada para atuar na denominada Operação Lava Jato”.

COLABOROU RICARDO BRITO

28 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

TJ condena Marta Suplicy a pagar R\$ 5 mi

Fausto Macedo

O Tribunal de Justiça condenou ontem a senadora e ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (PT) a pagar multa no valor de R\$ 5 milhões por uso de verba pública em propaganda irregular do Centro Educacional Unificado (CEU) – programa social que foi marca de sua gestão (2001/2004). A decisão foi tomada por 2 votos a 1.

Também foi condenado o deputado eleito José Américo (PT), ex-secretário de Comunicação de Marta. O Ministério Público Estadual (MPE), autor da ação de improbidade, queria a condenação da ex-prefeita e do ex-secretário também à suspensão dos direitos políticos e à perda da função pública.

O desembargador Antonio Carlos Malheiros, relator da ação no TJ, votou pela absolvição de Marta e de Américo. Outros dois desembargadores, no entanto, votaram pela condenação ao pagamento da multa. Eles acolheram parcialmente a ação da promotoria.

Defesa. O Ministério Público vai recorrer da sentença do TJ. A defesa de Marta e de Américo também vai recorrer. “Acreditamos que a decisão do Tribunal de Justiça, em sua maior parte, é correta”, declarou o advogado Pedro Serrano, que cuida da defesa de Marta e do ex-secretário de Comunicação. “Mas a decisão de condenar (Marta e Américo) ao pagamento da multa, apesar de ter o nosso respeito, é equivocada. Vamos recorrer ao Superior Tribunal de Justiça.”

28 JAN 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Posse no TJ

A nova cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Paraná irá tomar posse na segunda-feira. A Corte passará a ser presidida pelo desembargador Paulo Roberto Vasconcelos.

Reajuste em diárias

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aumentaram suas diárias de viagens e indexaram o valor ao próprio salário. Agora, a cada reajuste no salário, o valor das diárias será também aumentado em quase 80%.

28 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Pescadores de Antonina cobram rapidez nas ações

Há 14 anos eles esperam decisão da Justiça sobre compensações a serem pagas pela Petrobras

Oswaldo Eustáquio,
correspondente

Dezenas de pescadores fizeram ontem à tarde uma manifestação em frente ao Fórum de Antonina, no Litoral do Paraná. O objetivo era pedir agilidade na tramitação nos processos referentes aos acidentes ambientais causados pela Petrobras em 2001 e buscar informações sobre a investigação de processos encontrados enterrados no terreno do fórum da cidade no fim do ano passado. O fórum, que foi cercado por policiais militares, permaneceu fechado durante o protesto.

O pescador Odair Veiga Alves, que liderou o movimento, disse que a comunidade de Antonina quer uma resposta da Justiça sobre os processos que tramitam há 14 anos sem solução. "Em Paranaguá, os pescadores foram às ruas e tiveram resultado, e já estão recebendo. Nós também queremos que a Justiça seja feita aqui."

Em dezembro, o Promotoria de Justiça de Antonina, em conjunto com a Polícia Federal, deflagrou a "Operação Barreado" após achar indícios de que um núcleo de fraudes teria se instalado no fórum cível local. Processos de pescadores já pagos pela Petrobras aos advogados foram encontrados enterrados no terreno do fórum de Antonina e os trabalhadores não receberam o dinheiro.

A promotora pública de Antonina Kelly Vicentin Neves Caldeira ouviu a reivindicação dos pescadores e disse que o Ministério Público não vai desampará-los. "Já iniciamos um procedimento investigatório criminal e não vamos deixar que nenhum pescador seja prejudicado", disse. Ela pediu paciência aos trabalhadores porque o cartório cível de Antonina está em processo de estatização.

Em nota, a juíza da comarca, Louise Nascimento e Silva, informou que "todos os esforços estão sendo empregados para organização da secretaria e retomada do andamento dos feitos o mais breve possível, com a certeza de que esta transição beneficia os jurisdicionados de Antonina".

28 JAN 2015

GAZETA DO POVO

» EDUCAÇÃO

Particulares vão à Justiça contra novas regras do Fies

A Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) retirou da Justiça ação contra as alterações feitas nas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em dezembro do ano passado. A entidade diz que não desistiu da judicialização, apenas mudará de estratégia. Vai dividir a ação em três e buscará o apoio de outras entidades. “Ao dividir, vamos nos aprofundar nos temas de acordo com a discussão jurídica. Agora teremos três frentes e mais entidades assinando junto”, diz a presidenta da Fenep, Amábile Pacios. As informações são da Agência Brasil.

As mudanças foram feitas pelo Ministério da Educação por meio de portaria no fim do ano passado. Agora é exigida a nota mínima de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e não ter zerado a redação para obter o financiamento. Antes era preciso só ter feito o exame. A portaria proíbe que o aluno acumule bolsa do Programa Universidade para Todos (ProUni) e o financiamento em cursos diferentes. A complementação das bolsas parciais no mesmo curso e na mesma instituição continua sendo permitida.

Outra mudança estabelece a emissão de títulos do Tesouro, por meio dos quais as mantenedoras recebem o crédito do Fies. A emissão será feita em oito vezes no ano para as mantenedoras com número igual ou superior a 20 mil matrículas do Fies. Antes a emissão era mensal. Uma das ações questionará a constitucionalidade da alteração de uma lei por meio de portaria. Outra será em relação à recompra restrita a oito vezes ao ano. A terceira, questionará a nota mínima. A Fenep estima redução de 20% no número de jovens beneficiados com as políticas educacionais no setor privado.

Segundo o MEC, as mudanças visam melhorar a qualidade do ensino superior e diz que há diálogo permanente com as entidades.

28 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Processo da boate

Kiss trava na Justiça

Dois anos após a tragédia da boate Kiss, em Santa Maria (RS), o processo sobre as 242 mortes provocadas pelo incêndio anda em ritmo lento na Justiça gaúcha, sem perspectiva de ser julgado logo.

Os quatro acusados seguem em liberdade após terem ficado quatro meses detidos em 2013. São réus na ação os sócios da casa noturna Elisandro Spohr e Mauro Hoffmann, o vocalista da banda Gurizada Fandangueira Marcelo de Jesus e o produtor do grupo, Luciano Bonilha Leão. Os dois últimos são acusados de manusear o artefato pirotécnico que iniciou o fogo.

Cerca de 180 pessoas já foram ouvidas no processo. Após o fim dessas audiências, a defesa e a acusação apresentarão argumentos antes de o juiz decidir se o caso irá a júri popular e se manterá a acusação, enviada pela Promotoria, de homicídios com dolo eventual (quando o acusado assume risco de matar).

O juiz responsável, Ulisses Louzada, pode determinar ainda uma reconstituição do crime antes do julgamento. O prédio da casa noturna passou em dezembro por uma operação de limpeza que retirou substâncias tóxicas e escombros. A mesma Vara possui outras 3 mil ações criminais em tramitação. Outros processos paralelos relativos à tragédia também estão pendentes na Justiça gaúcha.

A decisão mais efetiva até hoje ocorreu em um procedimento administrativo da Brigada Militar (a PM gaúcha). A corporação decidiu expulsar

um sargento do Corpo de Bombeiros porque ele foi sócio de uma empresa que prestou serviço à Kiss, embora seu cargo exigisse dedicação exclusiva ao Estado. No mês passado, o Ministério Público denunciou 34 pessoas suspeitas de crime de falsidade ideológica na regularização da boate junto ao poder público antes do incêndio.

O andamento dos pedidos de indenização para as famílias também é moroso. Em 2013, a Justiça concedeu uma liminar determinando o pagamento de pensões aos familiares e às vítimas, mas a ordem acabou cassada em segunda instância.

“Com os dois anos, ainda está inerte e, por enquanto, ninguém recebeu nada. O sentimento é de impunidade. Gradativamente, isso vai dilacerando as pessoas”, diz Adherbal Ferreira, líder da associação de vítimas e familiares dos mortos no incêndio. Ele perdeu uma filha na tragédia.

Homenagem

A madrugada de ontem foi de homenagens às 242 vítimas fatais e outras centenas de feridos pelo incêndio na Kiss. Pais, amigos e familiares se reuniram em frente ao prédio em que funcionava a boate para se lembrar dos entes que se foram e pedir Justiça (foto). Entre as várias homenagens, às 2h30 da madrugada, foi feita uma contagem do um ao 242 na Rua dos Andradas. No asfalto foi pintado um coração branco, envolto por velas. Dentro, foram depositadas fotografias das vítimas.

GAZETA DO POVO

**Inquéritos
contra políticos
chegam ao STF
após o carnaval**

28 JAN 2015

Os inquéritos contra políticos suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras, desvendado pela Operação Lava Jato, chegam ao Supremo Tribunal Federal (STF) em fevereiro, possivelmente depois do carnaval. As denúncias contra os políticos com mandato eletivo devem ser avaliadas pelo Supremo porque eles têm direito a foro privilegiado.

O cronograma de trabalho da Procuradoria-Geral da República (PGR) foi discutido ontem em Brasília por um grupo de procuradores montado para auxiliar o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

O procurador-geral havia anunciado no ano passado que levaria ao Supremo os inquéritos das autoridades envolvidas na volta do recesso do Judiciário — que acaba na próxima segunda-feira. A menos de uma semana da retomada dos trabalhos da Justiça, o procurador ainda não está seguro de que conseguirá remeter os casos antes do carnaval. Mas ele segue com o mês de fevereiro como prazo final.

Janot quer enviar todos os inquéritos e denúncias ao mesmo tempo para o STF para “tirar o peso” da Lava Jato das costas da PGR. A partir daí, caberá ao Supremo conduzir as decisões sobre a investigação de autoridades e parlamentares.

Até o momento, os casos de autoridades referentes à Lava Jato têm permanecido em segredo de Justiça. Segundo informações apuradas pela imprensa, há pelo menos 28 políticos envolvidos.

Justiça já bloqueou R\$ 118 milhões

A Operação Lava Jato já bloqueou R\$ 118,85 milhões de 16 pessoas e três empresas investigadas. Na lista, estão o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, o empresário Fernando Baiano, apontado como lobista do PMDB, e 10 executivos presos na carceragem da Polícia Federal (PF) em Curitiba.

O bloqueio de valores foi decretado em novembro pelo juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da operação. Ele determinou o confisco de R\$ 20 milhões de cada investigado.

Na segunda-feira, pouco mais de dois meses após a ordem de congelamento de ativos dos empreiteiros, a PF juntou aos autos da Lava Jato um documento com os resultados da ordem de bloqueio. O levantamento individual, que não contabiliza valores de contas no exterior, mostra que R\$ 32,9 milhões já foram transferidos para uma conta judicial. O restante — R\$ 85,9 milhões — ainda espera ter a transferência efetivada.

28 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Crônica de uma greve anunciada

Administradores públicos não podem esperar até as crises acontecerem para decidir negociar soluções. Se não houver diálogo, a agonia do transporte coletivo vai continuar

Não foi surpresa para ninguém Curitiba ter começado a semana sem nenhum ônibus em circulação. A possibilidade de greve no transporte coletivo estava se desenhando há semanas. Uma paralisação de duas horas no dia 9 de janeiro já tinha evidenciado a insatisfação dos cobradores e motoristas com os atrasos recorrentes no pagamento de salários por causa da suspensão dos repasses que deveriam ser feitos pela prefeitura e governo estadual às empresas de ônibus. E, na semana passada, o Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc) anunciou abertamente a greve.

Mesmo diante de todos os avisos, pouco foi feito para evitar que a greve acontecesse e prejudicasse a população. A reportagem da **Gazeta do Povo** tem mostrado os efeitos dos dias sem transporte coletivo na cidade: terminais vazios, comércio prejudicado, espaços culturais fechados e postos de saúde em ritmo de plantão. Mesmo com a determinação judicial de que houvesse uma frota mínima nas ruas, a medida não foi cumprida, deixando a população sem ônibus durante toda segunda-feira e a maior parte de terça. Como alternativa, restaram as lotações improvisadas. Apenas ontem à noite alguns ônibus começaram a rodar. Nesta quarta, se a decisão da Justiça for respeitada, pelo menos 80% dos ônibus devem circular.

Infelizmente, o poder público parece preferir esperar até que as crises aconteçam para tomar a decisão de negociar seriamente uma solução para os problemas do estado. Por mais que o governo esteja enfrentando problemas de caixa, fato que já discutimos neste mesmo espaço em diversas ocasiões, e não disponha do valor integral para o pagamento da dívida com o Fundo de Urbanização de Curitiba, que faz o repasse às empresas do transporte, sua obrigação é, ao menos, buscar o diálogo e tentar estabelecer uma saída antes que a população seja penalizada, como sempre acontece no caso das greves do transporte coletivo. Mas não foi isso o que se viu.

Apenas ontem, na segunda audiência realizada pela Justiça do Trabalho com representantes da Urbs, Comec, empresários e trabalhadores, foi apresentado um plano concreto para o pagamento da dívida, parcelando-a em cinco vezes. A primeira parcela, de R\$ 5 milhões, será repassada às empresas de transporte até amanhã e será suficiente apenas para pagar o adiantamento aos trabalhadores. Não há previsão de quando o restante será pago e o impasse entre governo estadual e prefeitura deve continuar.

Na segunda-feira, o presidente do Coordenação da Região Metropolitana (Comec) Omar Akel chegou a dizer à reportagem da **Gazeta** que o pagamento total da dívida com a Urbs só seria feito após a negociação de um novo convênio com a prefeitura de Curitiba, ou seja, a questão está longe de uma solução definitiva e o triste calendário de greves do ano passado, quando foram registradas seis paralisações no transporte coletivo, poderá se repetir.

Não há entendimento entre governo estadual e prefeitura nem mesmo em relação ao montante da dívida. Enquanto o estado assume dever R\$ 15,8 milhões, a prefeitura alega que o valor é maior, de R\$ 16,5 milhões. O novo convênio para a manutenção do sistema integrado também parece longe de um acordo. A última proposta apresentada pelo estado previa a redução do subsídio metropolitano de R\$ 7,5 milhões para R\$ 2,3 milhões/mês, valor considerado pela prefeitura como inviável para a manutenção do serviço.

O governo estadual tem o direito de negociar com a prefeitura de Curitiba um novo convênio para a manutenção da Rede Integrada de Transporte, mas não pode fechar-se ao diálogo ou esperar até que a situação fique fora de controle para encontrar soluções, principalmente quando os principais prejudicados são a população e o desenvolvimento do estado.

A deslegitimação da política

28 JAN 2015

Em seu conhecido artigo intitulado "Considerações sobre a Operação Mani Pulite", que está na rede, o juiz Sérgio Moro disse que a prisão da teia de corrupção que permeava a vida italiana desde o fim da Segunda Guerra "levou à deslegitimação de um sistema político corrupto". A Operação Mãos Limpas começou em 1992. Dois anos depois, os partidos Democrata-Cristão e Socialista, que controlavam a maioria parlamentar desde 1945, ficaram com 11% e 2% dos votos e dissolveram-se.

A política brasileira corre o risco de entrar num processo semelhante. A credibilidade do PT ficou do tamanho das promessas de campanha da doutora Dilma. A do PMDB, do tamanho que sempre teve. (Quem souber qual é ganha uma viagem só de ida a um paraíso fiscal.) A do PSDB, pode ser medida pela confiança que os cidadãos de São Paulo têm nas declarações do governador Geraldo Alckmin sobre a crise da água. Isso no que se poderia chamar de estrutura administrativa. Olhando-se para os costumes, desde que o PT se viu diante da crise do mensalão, mostrou-se incapaz de lidar com o tema da moralidade. O mesmo vale para a maneira sonsa como o tucanato lida com o cartel dos fornecedores de equipamentos pesados em São Paulo. O PMDB tem como abre-alas o deputado Eduardo Cunha, candidato à presidência da Câmara.

Pode-se argumentar que as coisas nunca foram diferentes. Esse conformismo omite dois fatos essenciais. Em 2013 o Supremo Tribunal Federal formou a bancada da Papuda, mandando empresários e políticos para a cadeia.

Desde o ano passado, o Ministério Público e a Polícia Federal conduzem a Operação Lava Jato, que colocou o instituto da colaboração premiada no instrumental da República para combater a corrupção. Essa novidade decorre da primeira, pois se parte da turma do colchonete da carceragem da Polícia Federal em Curitiba não temesse o efeito Papuda, jamais contaria o que já contou.

A ruína moral das grandes empreiteiras já aconteceu. Dentro de pouco tempo virão as prisões de novas celebridades e a abertura de processos contra parlamentares, ou mesmo governadores. Isso num ano de recessão econômica,

com racionamento de água em diversas metrópoles e a ameaça de novos apagões. Para complicar a situação, a doutora Dilma apropriou-se da agenda econômica de Aécio Neves, cuja demonização foi decisiva para reelegê-la.

Sempre que se fala na faxina da Operação Mãos Limpas italiana vem o argumento misteriosamente fatalista: depois dela, Silvio Berlusconi tomou conta da política italiana. Ou seja: deixe-se tudo como está porque, do contrário, a choldra elegerá um Berlusconi. Em primeiro lugar, o Brasil já teve dois (Fernando Collor e Jânio Quadros). É difícil que compre um terceiro. Ademais, Berlusconi está solto, porém condenado a sete anos de cadeia e afastado da vida política. Essa porta abriu-se no Brasil.

A deslegitimação que vem por aí abalará primeiro o PT. Na mesa do juiz Moro há denúncias que abalarão também o PMDB e o PSDB, isso para se falar só dos três maiores partidos. A Operação Mãos Limpas italiana varreu partidos políticos minados pela corrupção e fortaleceu o regime democrático. Até onde a vista alcança, no Brasil acontecerá a mesma coisa.

28 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

AL confirma aumento de 26,35% para os 54 deputados

Subsídios dos membros da Casa passarão de R\$ 20 mil para R\$ 25,3 mil mensais a partir de 1º de fevereiro

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – Naquele que deve ser um dos últimos atos de sua gestão, o presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), autorizou o já esperado aumento de 26,35% nos vencimentos dos 54 deputados estaduais que assumirão seus mandatos a partir de 1º de fevereiro. O Ato da Mesa Executiva que oficializa o reajuste foi publicado na edição de ontem do Diário Oficial da Casa. Conforme o documento, os salários dos parlamentares passarão dos atuais R\$ 20 mil para R\$ 25,32 mil. O impacto estimado nas contas públicas é de aproximadamente R\$ 3,42 milhões por ano. Isso sem contar as outras verbas as quais os membros da AL têm acesso, como as despesas de custeio (R\$ 31,47 mil mensais cada).

Para que o acréscimo entrasse em vigor no próximo domingo, data da posse dos eleitos, o despacho precisava ser assinado por Rossoni, pelo primeiro secretário da Casa, Plauto Miró (DEM), e pelo segundo secretário,

Ademir Bier (PMDB), até 31 de janeiro, quando se encerra a 17ª Legislatura (2011 a 2014). Não é exigida a sanção do governador Beto Richa (PSDB). Tanto a Constituição Federal, em diversos artigos, como a Estadual, no 54, estabelecem que os vencimentos dos membros da AL sejam equivalentes a no máximo 75% do que recebem, em espécie, os parlamentares em Brasília. Com o passar do tempo, porém, o teto acabou virando regra.

Há sete anos, a Casa aprovou também a lei estadual 15.433, que tornou automático o aumento para os seus integrantes, sempre quando houver alteração nos subsídios dos congressistas. O "efeito cascata" consta, ainda, da resolução 4/2011, que alterou o regimento interno da AL. Segundo o artigo 57, o subsídio será estabelecido a cada Legislatura, com base nos dispositivos constitucionais. Ou seja, como no Congresso os salários subiram de R\$ 26,7 mil para R\$ 33,7 mil, era praticamente certo que o mesmo ocorreria em âmbito estadual.

O último aumento no Legislativo paranaense, obedecendo a esses critérios, tinha sido oficializado em 18 de janeiro de 2011, quando o presidente era Nelson Justus (DEM). Na noite de ontem, após a publicação do decreto, a reportagem da FOLHA tentou contato com Rossoni, no entanto, ele não atendeu às ligações até o fechamento desta edição.

MAIS REAJUSTES

Além dos parlamentares, foram reajustados recentemente os salários da presidente Dilma Rousseff (PT), do vice-presidente Michel Temer (PMDB) e dos ministros de Estado, de R\$ 26,7 mil para R\$ 30,9 mil, bem como os dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República, de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,7 mil. O último valor corresponde ao novo teto do funcionalismo, que tem impacto nas diferentes esferas de poder, em todas as unidades da federação.

CONTINUA

28 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

No Paraná, o "efeito cascata" chegou primeiro ao Tribunal de Justiça (TJ) e ao Ministério Público (MP). Os integrantes dos dois órgãos passaram a receber entre R\$ 24,8 mil e R\$ 30,4 mil, um acréscimo de 14,6%. A tendência é de que, até o final do mês, os contracheques do governador, da vice-governadora Cida Borghetti (Pros) e dos 23 secretários de Estado sejam igualmente encorpados. O tucano ganhará os mesmos R\$ 33,7 mil dos magistrados do STF; Cida receberá 95% do subsídio de Beto e os outros membros do primeiro escalão 70% do que ganha o chefe do Executivo. Para finalizar, os conselheiros do Tribunal de Contas (TC) também esperam acréscimos, seguindo a lógica de "paridade" com o MP e o TJ.

28 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Justificativa

O controlador-geral do Estado do Paraná, Carlos Eduardo de Moura, justificou ontem que a lei que reduz a autonomia da Defensoria Pública do Paraná e a permissão de remanejamento de R\$ 90 milhões do orçamento previsto para este ano são “uma resposta aos abusos” atribuídos à entidade. “Certo ou não, foi o canal para tentar pôr fim a práticas erradas da Defensoria”, afirmou. A Lei Estadual Complementar 108/2014, que reduz a autonomia do órgão, e o crédito suplementar aberto sobre o orçamento foram questionados em duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF). Nos dois casos, o presidente Ricardo Lewandowski concedeu liminar suspendendo os atos do governo do Paraná.

Apontando problemas

Como exemplo dos supostos abusos da Defensoria Pública, o controlador-geral Carlos Eduardo de Moura cita defensores que chegaram ao fim da carreira dez meses após o ingresso no órgão – ele ainda aguarda a justificativa oficial. Também critica a gratificação por acúmulo de comarcas, que passa dos R\$ 6 mil, valor considerado alto em comparação com outros servidores estaduais. Além disso, outras categorias, como os delegados, não recebem o benefício por acumulares comarcas, o que, segundo Moura, cria insatisfação. “Acho valor alto para uma parcela, é a remuneração de quase a metade dos servidores do Estado”, diz.

Nada contra

Moura afirma que o Estado do Paraná e as medidas adotadas não são contra a Defensoria Pública, mas que ela deve se enquadrar nas leis de transparência. A questão das remunerações foram encaminhadas para o Tribunal de Contas (TC) do Paraná, que abriu tomada de contas especial sobre a Defensoria Pública e suspendeu pagamentos de gratificações no ano passado. A apuração ainda está tramitando.

Investigados têm R\$ 118 mi bloqueados

Levantamento do BC, a pedido do juiz Sérgio Moro, aponta que R\$ 32,9 milhões foram depositados judicialmente

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – O valor bloqueado em contas e aplicações financeiras de 16 investigados da sétima fase da Operação Lava Jato e pelo menos três empresas ligadas ao ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque e a Fernando Antônio Soares, o “Baiano”, chega a 118,8 milhões. Este levantamento foi realizado e divulgado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), atendendo pedido do juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, para verificar os valores de fato bloqueados e os já transferidos para conta judicial. Os depósitos encontrados no exterior não estão contabilizados nestes dados.

O Bacen mantém um sistema próprio de identificação imediata de contas nas instituições financeiras de pessoas físicas e jurídicas. Os maiores valores bloqueados ocorreram nas contas de executivos foram encontrados nas contas de Gerson de Mello Almada, vice-presidente da Engevix Engenharia (R\$ 37,5 milhões); de Ildefonso Colares Filho, ex-presidente e ex-conselheiro da Queiroz Galvão (R\$ 18,1 milhões); e de Agenor Franklin Magalhães Medeiros, presidente da Área Internacional da OAS (R\$ 12 milhões).

Ildefonso ainda não foi denunciado pela força-tarefa do Ministério Público Fe-

deral (MPF) e cumpriu apenas prisão temporária, sendo liberado. Os outros dois permanecem na carceragem da Polícia Federal (PF), em Curitiba. Renato de Souza Duque, que também não foi denunciado, já tem bloqueados R\$ 4 milhões e mais R\$ 151,6 mil nas contas de sua empresa D3TM Consultoria e Participações Ltda.

Em relação a Fernando Soares, conhecido como “Baiano”, e apontado pelas investigações como operador do PMDB no esquema de corrupção da Petrobras, foram bloqueados R\$ 8,8 mil em suas contas, entretanto, em contas de duas de suas empresas (Hawk Eyes Administração de Bens e Technis Planejamento e Gestão em Negócios Ltda) foram retidos R\$ 13,2 milhões.

Os valores encontrados nas contas de “Baiano” foram os menores dentre todos os 16 investigados. Do total de 118,8 milhões, segundo o Bacen, 32,9 milhões já foram depositados judicialmente; e os R\$ 85,9 milhões restantes seguem bloqueados e deverão ser transferidos brevemente.

NOVOS INQUÉRITOS

A Polícia Federal abriu mais dez inquéritos dentro da Operação Lava Jato, para investigar indícios de fraudes em contratos fechados com a Petrobras. Segundo despacho assinado no último dia 23, mas anexado somente ontem no sistema da Justiça Federal do Paraná.

foram autorizados a abertura de novos inquéritos para investigar a participação das empresas: MPE Montagens e Projetos Especiais S/A; Alusa Engenharia S/A; Promon Engenharia Ltda.; Techint Engenharia e Construção S/A; Construtora Andrade Gutierrez S/A; Skanska Brasil Ltda.; GDK S/A; Schahin Engenharia S/A; Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A; Setal Engenharia e Construções e Perfurações S/A.

CONTINUA

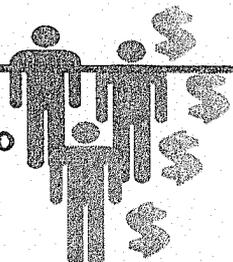
28 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

LAVA JATO

Saiba quanto a Justiça
bloqueou de cada suspeito



- Agenor Magalhães Medeiros
(OAS)

R\$ 12 milhões

- D3TM Consultoria
(empresa de Renato Duque)
R\$ 151,6 mil

- Dalton Avancini
(Camargo Corrêa)
R\$ 3,38 milhões

- Eduardo Leite
(Camargo Corrêa)
R\$ 4,73 milhões

- Erton Medeiros Fonseca
(Galvão Engenharia)
R\$ 9 milhões

- Fernando Baiano (lobista
supostamente ligado ao
PMDB)
R\$ 8,8 mil

- Gerson Almada (Engevix)
R\$ 37,5 milhões

- Hawk Eyes (empresa
de Fernando Baiano)
R\$ 6,56 milhões

- Ildefonso Colares
(Queiroz Galvão)
R\$ 18,14 milhões

- João Ricardo Auler
(Camargo Corrêa)
R\$ 2,8 milhões

- Jose Aldemario Pinheiro
Filho (OAS)
R\$ 67,9 mil

- José Ricardo Nogueira
Breghiroli (OAS)
R\$ 691,1 mil

- Othon Zanoide
(Queiroz Galvão)
R\$ 1,15 milhão

- Renato Duque (ex-diretor
de Serviços da Petrobras)
R\$ 4,04 milhões

- Ricardo Pessoa (UTC)
R\$ 10,5 milhões

- Sergio Mendes
(Mendes Júnior)
R\$ 734,6 mil

- Techinis (empresa do
lobista Fernando Baiano)
R\$ 6,64 milhões

- Valdir Lima Carreiro
(Iesa Óleo & Gás)
R\$ 32,3 mil

- Walmir Pinheiro Santana
(UTC)
R\$ 663,6 mil

TOTAL
R\$ 118,86 milhões

28 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça ordena que 80% dos ônibus rodem em Curitiba

Greve deixou cidade sem
transporte pelo 2º dia

Uma audiência da Justiça que tentou por fim à greve de ônibus em Curitiba determinou a volta imediata, no final da tarde desta terça-feira (27), de 80% da frota.

A cidade amanheceu pelo segundo dia consecutivo sem transporte público, apesar da ordem judicial que determinava que ao menos 50% dos veículos deveriam circular. Diariamente, 2 milhões de passageiros dependem do transporte público na cidade.

Motoristas e cobradores se queixam de atrasos em pagamentos e dizem que não receberam o adiantamento salarial de 40% no último dia 20.

Na audiência, o governo do Paraná, que também financia o sistema e deve cerca de R\$ 16 milhões às empresas, ficou de pagar, até esta quarta (28), R\$ 5 milhões. Assim, o pagamento dos salários atrasados deve ser feito, no mais tardar, até quinta (29).

O sindicato dos trabalhadores aceitou a proposta, mas disse que só encerra a paralisação após o depósito dos valores em atraso.

Profissionais que aguardavam em frente ao Tribunal Regional do Trabalho reagiram com indignação e chegaram a impedir a passagem de um ônibus, que voltava às ruas logo após a audiência.

O presidente do sindicato precisou intervir para que o veículo pudesse circular.

A multa em caso de descumprimento da decisão judicial, a ser paga pelo sindicato dos trabalhadores, é de R\$ 300 mil por dia. (ESTELITA

HASS CARAZZAI)

28 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

União contestará cláusula que beneficia Youssef

Adams afirma que Ministério Público não pode blindar patrimônio do doleiro preso

A Advocacia-Geral da União (AGU) irá pedir esclarecimentos ao Supremo Tribunal Federal sobre o acordo de delação premiada firmado pelo doleiro Alberto Youssef com o Ministério Público Federal e pretende contestar cláusulas que permitem ao doleiro preservar um de seus imóveis, que, em princípio, seria destinado à União.

No acordo que fez com o Ministério Público (já homologado pelo ministro do STF Teori Zavascki), o doleiro aceitou entregar todo seu patrimônio, cerca de R\$ 40 milhões, em troca de uma redução de sua pena.

O acordo prevê uma multa, que tem seu valor atrelado a um imóvel de Youssef no Rio. O imóvel foi transferido ao doleiro por R\$ 2,8 milhões.

A cláusula que beneficia Youssef prevê que ele deduza da multa parte dos "bens e valores ilícitos recuperados". A proporção que poderá ser deduzida da multa é de 2% do valor recuperado. Se o total superar o valor da multa, as filhas de Youssef poderão ficar com o imóvel.

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, disse nesta terça (27), que, se esses termos do acordo forem confirmados, recorrerá ao plenário do STF. Para ele, isso não tem amparo legal: "O Ministério Público não tem competência para definição de valor de multa. Não pode blindar o patrimônio dele".

Procuradores defenderam o acordo. Dizem que também se pode fazer um acordo para reduzir uma multa.

28 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Doleiro diz ter entregue propina no dia da prisão

Youssef afirma que levou R\$ 1,4 mi a contato no MA e 'ficou esperando a polícia chegar'

PAULO MUZZOLON
FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O doleiro Alberto Youssef afirmou à Polícia Federal que entregou propina a um integrante da administração da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney em nome da empreiteira UTC/Constran no dia da prisão dele, em março do ano passado.

Uma "comissão" de R\$ 10 milhões foi paga para que a administração do Estado fechasse um acordo para quitar um precatório de R\$ 113 milhões do qual a empresa é credora, afirmou o doleiro.

Segundo Youssef, a entrega de parte do dinheiro ocorreu momentos antes de sua prisão em um hotel em São Luís (MA). Ao perceber que seria detido —após retornar uma ligação que descobriu ser de policiais—, ele diz ter levado R\$ 1,4 milhão ao quarto de um emissário do secretário da Casa Civil de Roseana, João Guilherme de Abreu.

Youssef disse que depois "retornou ao quarto e ficou esperando a polícia chegar".

A Justiça autorizou o compartilhamento do testemunho e outras provas com o atual governo local, chefiado por Flávio Dino (PCdoB).

A UTC/Constran afirma que a assinatura do acordo com o governo do Maranhão não envolveu propina e seu crédito estava no primeiro lugar da fila de precatórios.

Abreu diz que é "mentirosa" a afirmação de que tenha recebido propina. A Folha não localizou outros representantes do governo de Roseana Sarney.

28 JAN 2015
FOLHA DE S. PAULO
A deslegitimação da política

ELIO GASPARI

Torrando suas credibilidades
os doutores e doutoras
estão destruindo os grandes
partidos, e isso pode ser bom

EM SEU conhecido artigo intitulado "Considerações sobre a Operação Mani Pulite", que está na rede, o juiz Sergio Moro disse que a prisão da teia de corrupção que permeava da vida italiana desde o fim da 2ª Guerra "levou à deslegitimação de um sistema político corrupto". A "Operação Mão Limpas" começou em 1992. Dois anos depois os partidos Democrata Cristão e Socialista, que controlavam a maioria parlamentar desde 1945, ficaram com 11% e 2% dos votos e dissolveram-se.

A política brasileira corre o risco de entrar num processo semelhante. A credibilidade do PT ficou do tamanho das promessas de campanha da doutora Dilma. A do PMDB, do tamanho que sempre teve. (Quem souber qual é ganha uma viagem só de ida a um paraíso fiscal.) A do PSDB pode ser medida pela confiança que os cidadãos de São Paulo têm pelas declarações do governador Geraldo Alckmin sobre a crise da água. Isso no que se poderia chamar de estrutura administrativa. Olhando-se para os costumes, desde que o PT se viu diante da crise do mensalão, mostrou-se incapaz de lidar com o tema da moralidade. O mesmo vale para a maneira sonsa como o tucanato lida com o cartel dos fornecedores de equipamentos pesados em São Paulo. O PMDB tem como abre-alas o deputado Eduardo Cunha, candidato à presidência da Câmara.

Pode-se argumentar que as coisas nunca foram diferentes. Esse conformismo omite dois fatos essenciais. Em 2013 o Supremo Tribunal Federal formou a bancada da Papuda, mandando empresários e po-

líticos para a cadeia. Desde o ano passado o Ministério Público e a Polícia Federal conduzem a Operação Lava Jato, que colocou o instituto da colaboração premiada no instrumental da República para combater a corrupção. Essa novidade decorre da primeira, pois se parte da turma do colchonete da carceragem da Polícia Federal de Curitiba não temesse o efeito Papuda jamais contaria o que já contou.

A ruína moral das grandes empreiteiras já aconteceu. Dentro de pouco tempo virão as prisões de novas celebridades e a abertura de processos contra parlamentares, ou mesmo governadores. Isso num ano de recessão econômica, com racionamento de água em diversas metrópoles e a ameaça de novos apagões. Para complicar a situação a doutora Dilma apropriou-se da agenda econômica de Aécio Neves, cuja demonização foi decisiva para reelegê-la.

Sempre que se fala na faxina da Operação Mãos Limpas italiana vem o argumento misteriosamente fatalista: depois dela Silvio Berlusconi tomou conta da política italiana. Ou seja: deixe-se tudo como está porque do contrário a choldra elegerá um Berlusconi. Em primeiro lugar, o Brasil já teve dois (Fernando Collor e Jânio Quadros). É difícil que compre um terceiro. Ademais, Berlusconi está solto, porém condenado a sete anos de cadeia e afastado da vida política. Essa porta abriu-se no Brasil.

A deslegitimação que vem por aí abalará primeiro o PT. Na mesa do juiz Moro há denúncias que abalarão também o PMDB e o PSDB, isso para se falar só dos três maiores partidos. A Operação Mãos Limpas italiana varreu partidos políticos minados pela corrupção e fortaleceu o regime democrático. Até onde a vista alcança, no Brasil acontecerá a mesma coisa.

28 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

MERCADO ELEITORAL

Uma pesquisa encomendada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sobre as eleições revela um dado espantoso: 28% dos entrevistados dizem ter testemunhado ou tomado conhecimento de episódios de compra e venda de votos em 2014. Em alguns Estados, o percentual sobe para 48% — como nos casos do Maranhão e do Acre.

MERCADO 2

Paraná e Distrito Federal registram o mais baixo percentual de respostas positivas sobre a questão: 21%, seguidos de Piauí, São Paulo e Minas Gerais, com 22%, e Rio de Janeiro, com 23%.

BOA MÉDIA

“Existe ainda muito abuso. É uma realidade, infelizmente”, diz o presidente do TSE, Dias Toffoli. Ele celebra, no entanto, o fato de que 50% dos eleitores entrevistados (1.964 em sete capitais das cinco regiões do país) deram notas entre 8 e 10 à Justiça Eleitoral.

FAROL

O levantamento servirá de guia para a comunicação do TSE, diz o ministro. O levantamento mostra, por exemplo, que 20% dos eleitores registraram “total desconfiança” nas urnas eletrônicas, dando nota zero ao sistema. Só 16% declaram que elas são “muito confiáveis”.

CADEADO

Toffoli diz que o TSE pretende bater na tecla de quem organiza a eleição é o Judiciário, “um poder independente e isento”. E que será necessária uma campanha para mostrar que o sistema é seguro e inviolável. “Ele não tem conexão com a internet. É impossível, por exemplo, um hacker entrar em qualquer urna eletrônica”, afirma o magistrado. “O sistema é auditado antes, durante e depois das eleições.”

28 JAN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça bloqueia R\$ 118 mi de investigados na Lava Jato

Valores são das contas pessoais e de investimentos de 16 acusados



A Justiça Federal em Curitiba atualizou ontem (27) para R\$ 118 milhões o valor bloqueado nas contas pessoais e de investimentos de 16 investigados e três empresas alvos da Operação Lava Jato.

No ano passado, por determinação do juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos decorrentes da operação, os ativos dos investigados foram bloqueados até o limite de R\$ 20 milhões, de modo a garantir o ressarcimento em caso de condenação pelos desvios em contratos da Petrobras.

A atualização dos valores foi determinada pela juíza substituta Gabriela Hardt durante o recesso. A tabela servirá para que a liberação dos valores que ultrapassaram o limite possa ser concluída.

Por determinação da juíza, as contas de Ricardo Pessoa, diretor da empreiteira UTC, preso em novembro do ano passado, na sétima fase da operação, ficaram livres para movimentação dos titulares, sem prejuízo do bloqueio de R\$ 20 milhões. ■

Nora Política

Cirurgia de emergência

O juiz federal Sérgio Moro autorizou ontem a internação de Erton Medeiros Fonseca, diretor da Galvão Engenharia, preso pela Operação Lava Jato. Conforme requisitado pela defesa, o réu deve deixar a carceragem da Polícia Federal em Curitiba na quinta-feira (29) para a realização de uma cirurgia de retirada de tumor.

Youssef pagou propina no MA no dia da prisão

Lava Jato. Doleiro diz ter recebido comissão para acelerar precatório de R\$ 113 milhões do governo Roseana Sarney à empreiteira UTC

O doleiro Alberto Youssef afirmou, em delação premiada, ter pago propina a um funcionário do governo do Maranhão momentos antes de ser preso na deflagração da Operação Lava Jato, em 17 de março do ano passado. A confissão foi revelada ontem pela Justiça Federal do Paraná.

O dinheiro, que teria sido entregue em um hotel da capital São Luís, seria uma propina à cúpula da então governadora Roseana Sarney (PMDB) para antecipar o pagamento de um precatório de R\$ 113 milhões que o governo maranhense devia ao grupo UTC/Constran, investigado na Lava Jato, por conta de obras feitas na década de 1980.

Por ter intermediado a operação, Youssef diz ter recebido R\$ 10 milhões da empreiteira. Deste valor, segundo o doleiro, R\$ 3 milhões foram repassados a João Guilherme Abreu, que era chefe da Casa Civil de Roseana Sarney.

No dia da prisão, ele diz ter entregue R\$ 1,4 milhão a Marcos Antonio Ziegert, assessor da Casa Civil. A PF (Polícia Federal) obteve fotos das

R\$ 10

milhões é quanto a UTC teria pago a Youssef para 'furar a fila' de precatórios a receber do governo do Maranhão

câmeras de segurança do hotel, que mostram Youssef levando malas ao quarto do assessor, além de um email da direção da UTC para o doleiro, parabenizando Youssef pelo acerto.

O dono da empreiteira, Ricardo Pessoa, está preso desde novembro na sede da PF (Polícia Federal) em Curitiba. Em outras delações já reveladas, ele é apontado como o principal articulador do chamado "clube de empresas" suspeito de decidir licitações e fraudar contratos com a Petrobras.

Em nota, a UTC negou ter "furado a fila" do recebimento do precatório, e afirma ter fechado, em 2013, um acordo para receber o valor em 24 parcelas.



RAFAEL NEVES
METRO CURITIBA

METRO

28 JAN 2015

"É certo que os indícios de crime ora relatados foram encaminhados (...) em vista da possível participação nos fatos da então governadora Roseana Sarney"

PAINEL

Fiscalização

Sociedade de economia mista, embora tenha personalidade jurídica de Direito Privado, deve se submeter à fiscalização do Tribunal de contas da União. O entendimento é da Justiça Federal do Distrito Federal.

Cães

Município tem obrigação de abrigar cães bravos abandonados ou soltos em vias públicas, pois se trata de medida de preservação da saúde pública e do meio ambiente. O entendimento é da 4ª Câmara Cível do TJ do Rio Grande do Sul.

Inquérito

Advogado não pode ser impedido de acessar autos de inquérito, ainda que o procedimento seja sigiloso. Entendimento é da juíza da 4ª Vara Criminal de Cariacica - Espírito santo.

Religião

Vídeo do grupo humorístico Porta dos fundos, que faz paródia com passagem da Bíblia, não é crime contra religião. O entendimento é do juiz Vara do Juizado Especial do Fórum da Barra Funda - São Paulo.

Temporal

Município do interior de São Paulo deve indenizar mulher que teve seu carro atingido por uma árvore devido as fortes chuvas ocorridas no dia do acidente. Para os julgadores da 7ª Câmara de Direito Público do TJ de São Paulo, "não se configura caso fortuito ou força maior porque era previsível a ocorrência de incidentes durante temporais e a árvore em questão merecia atenção da prefeitura"

Bolsa

TRT do Rio de Janeiro condena empresa ao pagamento de danos marais para um ex-empregado por ter interrompido o pagamento de parte da mensalidade da faculdade em que ele estudava. Embora a ajuda não constasse no contrato de trabalho, a 1ª Turma entendeu que se tratava de cláusula tácita.

Erro

Erro no preenchimento da Guia de Arrecadação para o pagamento de ICMS não autoriza o protesto da dívida desde que fique comprovado que tributo tenha sido pago. O entendimento é do juiz do juiz da 8ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo.

Justiça bloqueia R\$ 118 milhões de investigados

A Operação Lava Jato bloqueou, até o momento, R\$ 118.857.513,66 de 16 pessoas e três empresas investigadas. Na lista, estão o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, o empresário Fernando Soares, o 'Baiano', apontado como lobista do PMDB, e 10 executivos presos preventivamente na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, base da operação.

O bloqueio de valores dos alvos da Lava Jato foi decretado em novembro do ano passado pelo juiz federal Sérgio Moro, que conduz todas as ações da operação. Na ocasião, Moro deflagrou a 7ª fase da Lava Jato, operação Juízo Final, que mira o braço empresarial do esquema de corrupção na Petrobras.

O juiz determinou o con-

BARREIRA

R\$
20
milhões

de cada investigado é quanto foi bloqueado pela Justiça Federal do Paraná

fisco de R\$ 20 milhões de cada investigado. Na segunda-feira, a Polícia Federal juntou aos autos da Lava Jato um documento com os resultados da ordem de bloqueio.

Doleiro diz ter pago R\$ 3 mi a assessor de Roseana

O doleiro Alberto Youssef, principal alvo da Operação Lava Jato, afirmou em sua delação premiada à Polícia Federal que, em 2013, pagou propina de R\$ 3 milhões para João Abreu, então chefe da Casa Civil do governo Roseana Sarney (PMDB), no Maranhão, para viabilizar o pagamento de um precatório de R\$ 113 milhões da Construtora Constran.

"Foi acertado que o valor seria parcelado mediante acordo entre a UTC/Constran sendo fixada uma comissão da ordem R\$ 10 milhões a ser paga pela empresa", revelou Youssef. "Mediante um acerto com João Abreu ficou combinado que ele receberia parte do comissionamento, ou seja, R\$ 3 milhões."

Em depoimento no dia 24 de novembro do ano passado, Youssef revelou que sua parte na transação foi de R\$ 4 milhões e que o valor foi retirado na empresa UTC - empresa que se associou à Constran. Youssef prestou longa sucessão de depoimentos às autoridades da Lava Jato. No termo de colaboração 51, o doleiro revelou que "por volta de julho ou agosto de 2013? se encontrava na sede da UTC com dois executivos do grupo, Walmir Pinheiro e Augusto Pinheiro. "Foi feita uma reunião onde estava presente João Abreu, na época chefe da Casa Civil do Estado do Maranhão, a contadora Meire Poza e um procurador do Estado (do Maranhão)", afirmou Youssef.

28 JAN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça bloqueia R\$ 118 milhões de investigados na Operação Lava Jato

A Justiça Federal em Curitiba atualizou ontem para R\$ 118 milhões o valor bloqueado nas contas pessoais e de investimentos de 16 investigados e três empresas alvos da Operação Lava Jato.

No ano passado, por determinação do juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos decorrentes da operação, os ativos dos investigados foram bloqueados até o limite de R\$ 20 milhões, de modo a garantir o ressarcimento em caso de condenação pelos desvios em contratos da Petrobras.

A atualização dos valores foi determinada pela juíza substituta Gabriela Hardt durante o recesso. A tabela servirá para que a liberação dos valores que ultrapassaram o limite possa ser concluída.

Por determinação da juíza, as contas de Ricardo Pessoa, diretor da empreiteira UTC, preso em novembro do ano passado, na sétima fase da operação, ficaram livres para movimentação dos titulares, sem prejuízo do bloqueio de R\$ 20 milhões.

Os advogados de Pessoa pediram à Justiça autorização para que a esposa dele movimentasse a conta para pagar despesas pessoais da família.